

POLIBIO COMO MODELO EPISTEMOLÓGICO DE KONSTANTINOS PAPARRIGÓPOULOS¹

Breno Battistin Sebastiani
Universidade de São Paulo – Brasil

Resumen: K. Paparrigópoulos retoma dos pasos del historiador helenístico Polybio de Megalopolis: cuando este trata de la cuestión de la experiencia personal necesaria al historiador, cuestión que obliga a la análisis del elemento universalizante como constituyente de la obra polibiana; y de la lección trágica de la historia, centrada en la perspectiva de la muerte y de la finitud humana como enseñanza propia del género histórico. Ambas retomadas epistemológicas son leídas a partir de la búsqueda por elementos que posibiliten una actual reflexión historiográfico-filológica que discuta non sólo la naturaleza del género en la actualidad sino también los posibles significados actuales del conocimiento del pasado. La retomada paparrigopuliana de Polybio denota non sólo la permanencia de lecturas semejantes de diferentes contextos históricos, una vez que asentadas sobre elementos permanentes como la condición humana, a pesar de la distancia cronológica, mas también la misma actitud política en los mismos diferentes contextos, cual sea, la inserción del historiógrafo en la política cuando su relato galvaniza aspiraciones culturales de los políticamente dominantes.

Palabras claves: Paparrigópoulos, Polibio, Historia

POLYBIUS AS NA EPISTEMOLOGICAL MODEL OF KONSTANTINOS PAPARRIGOPOULOS

Abstract: K. Paparrigopoulos retakes two passages from the Hellenistic historian Polybius of Megalopolis: the first, when he deals with the question of the historian's personal skill, question which directs the analysis to the universalizing element as basis of Polybius' work; and the second, about the history's tragic lesson, centered around death and humane finitude as the proper lessons of history. Both retakings are read in view of the search of elements that make possible a present historiographical-philological thinking able to discuss not only the genre's nature today but also the possible meanings of the knowledge of the past. The Paparrigopulian retaking of Polybius shows not only the permanence of similar lectures in different historical

¹ Todas as traduções são de responsabilidade do autor. O texto grego de Políbio utilizado é o da edição Teubner conforme referido na bibliografia. Para a transliteração do grego antigo, foram empregados os equivalentes fonéticos da pronúncia erasmiana; para o grego moderno, os da pronúncia corrente.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

contexts, because they are based upon permanent elements as the human condition, despite the chronological distance, but also the same political attitude in the same different contexts, that is, the historiographer's insertion in politics when his text galvanizes cultural aspirations of the political dominators.

Key words: Paparrigopoulos, Polybius, History

Correspondencia: Breno Battistin Sebastiani (brenosebastiani@yahoo.com.ar)
Universidade de São Paulo – Brasil

Um dos historiadores antigos retomado por K. Paparrigópoulos (1815-91), seja como fonte documental seja como modelo epistemológico, é o refém capturado pelos romanos Políbio de Megalópolis (200?-120? a.C.), autor de uma *pragmatikè historia* em 40 livros na qual descreve aquele que considera o momento crucial da formação do poderio romano sobre o Mediterrâneo, os menos de 53 anos que vão do início da Segunda Guerra Púnica (219 a.C.) até a batalha de Pidna (168 a.C.), em que a Macedônia é definitivamente submetida (I, 1, 5), período que o próprio historiador decide prolongar (III, 5, 5) até 146 a.C. a fim de narrar a submissão da Grécia e a destruição de Cartago, com a conseqüente definitiva consolidação do poderio romano sobre a *oikouménē*. Sua retomada enquanto modelo epistemológico fornece elementos para a comparação entre semelhantes concepções historiográficas apesar da distância cronológica, posto que assentadas sobre duas semelhantes preocupações: a necessidade de uma história cuja abrangência universal (*kathólou*, para Políbio) ou totalizante (para Paparrigópoulos) obriga discutir a natureza epistemológica da historiografia a partir da apropriação de outros ramos do saber como, por exemplo, a filosofia, e a reflexão teleológica estribada na consciência da tragicidade humana que foca na morte e na certa destruição futura a discussão sobre o ofício do historiador. Este texto procura apresentar tais semelhanças por via de comparações tópicas enfatizando sobretudo o estudo da recepção do historiador antigo por parte do romântico como aporte para uma atual reflexão filológico-historiográfica.

Dialogando com a nascente filosofia da história de fins do século XVIII Hegel classifica os estudos históricos em três partes²: história primeva (*die*

² A partição hegeliana é discutida pelo autor em Hegel, 1996, pp. 3-24. Cf. também Kuhn, 1949, pp. 15-6.

ursprüngliche Geschichte), refletida (*die reflektierte Geschichte*) e universal-filosófica (*die philosophische Weltgeschichte*). A história refletida, por sua vez, comportaria quatro subdivisões: visão panorâmica de todo um povo ou da história universal (*Übersicht des ganzen Volkes oder der Weltgeschichte*), historiografia pragmática (*die pragmatische Geschichtsschreibung*), história crítica (*die kritische Geschichte*) e história parcial-abstrata (*etwas teilweise Abstrahierendes*). A denominada historiografia pragmática é definida de modo bastante diverso daquele empregado por Políbio³: subordinada à história refletida, que apenas espelharia uma história primeva, a historiografia pragmática hegeliana é entendida como aquela que presentifica o passado, cujo interesse e duração estariam apenas no *Geist* do escritor⁴. Dada a diferença e a coerência do próprio sistema Hegel aloca Políbio sob a história primeva, à qual pertencem “escritores como Heródoto e Tucídides, narradores apenas de acontecimentos que vivenciaram; relataram fatos por eles próprios vistos, escritores que pertencem ao *Geist* do tempo, onde viveram e descreveram este tempo”⁵. Ao tratar da subdivisão da história refletida, a história enquanto “visão panorâmica de todo um povo ou da história universal”, o filósofo afirma: “a diferença entre um compilador e um historiador primevo salta à vista e se torna mais evidente a partir da comparação entre Políbio e Lívio”⁶.

Quarenta anos após as *Conferências* hegelianas Nietzsche também estabelece uma partição historiográfica trinitária e aloca Políbio sob classificação semelhante: *a história pertence ao vivente em três aspectos: pertence-lhe como a quem realiza e aspira, como a quem preserva e respeita, como a quem sofre e necessita de libertação. A tal tripartição de relações corresponde a tripartição dos tipos de história: tanto quanto permitido pode-se distinguir um tipo monumental, um antiquário e um crítico de história. (...) Aludindo aos realizadores Políbio nomeia a história política, por exemplo, a correta preparação para o governo de um Estado e a melhor mestra que, por meio da lembrança do insucesso alheio, exorta-nos a suportar com firmeza os revezes do acaso. (...) a história como meio contra a resignação*⁷.

³ O historiador antigo define sua *pragmatikè historia* em IX, 1, 3 – 2, 6.

⁴ Hegel, 1996, p. 9.

⁵ Hegel, 1996, p. 3: (...) *gehören die Beschreiber wie Herodot und Thukydides, die nur die Begebenheiten, die sie erlebten, niederschrieben, die Taten beschrieben, welche sie selbst vor sich hatten, Beschreiber also, die dem Geist der Zeit angehörten, darin lebten und diese Zeit beschrieben.*

⁶ Hegel, 1996, p. 8: *der Unterschied eines Kompilators und eines ursprünglichen Geschichtsschreibers fällt recht in die Augen und erhellt am besten aus der Vergleichung des Polybius und des Livius.*

⁷ Nietzsche, 1874, §2: *In dreierlei Hinsicht gehört die Historie dem Lebendigen: sie gehört ihm als dem Thätigen und Strebenden, ihm als dem Bewahrenden und Verehrenden, ihm als dem Leidenden und der Befreiung Bedürftigen. Dieser Dreiheit von Beziehungen entspricht eine Dreiheit von Arten der Historie: sofern es erlaubt ist eine monumentalische, eine antiquarische und eine kritische Art der historie zu unterscheiden. (...) Mit der Rücksicht auf*

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

A partir das considerações de Hegel e Nietzsche uma vertente historiográfica do século XIX estabeleceu uma classificação que identificava em Políbio um representante da história entendida como fonte specular do passado elaborada para homens pragmáticos. Dois de seus representantes assim o entendem: no prefácio à segunda edição (1856) de sua *Römische Geschichte* T. Mommsen divide a história em parte pragmática (*die pragmatische Geschichte*) e épocas mais remotas (*die frühere Epoche*), partição que retoma o termo empregado por Políbio para nomear a parte que considera a mais importante de sua própria obra. Porém o uso feito pelo historiador do termo “pragmática” apenas parece retomar o uso polibiano, posto que de fato se insere na perspectiva de uma historiografia centrada num objeto abstrato própria do período⁸.

Contemporâneo de T. Mommsen o grego K. Paparrigópoulos escreve a primeira história grega sob um ponto de vista totalizante⁹, ao dialogar com a perspectiva da filosofia da história nacional de Vico¹⁰ e Herder¹¹, e estabelece uma partição própria dentro da qual insere Políbio sob o enfoque corrente ao século em questão. De Schelling o historiador retira a idéia de que a história é algo que se entende apenas sob o ponto de vista de uma unidade; dos historiadores seus

den Thätigen nennt zum Beispiel Polybius die politische Historie die rechte Vorbereitung zur Regierung eines Staates und die vorzüglichste Lehrmeisterin, als welche durch die Erinnerung an die Unfälle Anderer uns ermahne, die Abwechselungen des Glückes standhaft zu ertragen. (...) die Geschichte als Mittel gegen die Resignation. Sobre a classificação nietzscheana cf. Barrera, 1994, p. 121.

⁸ Croce, 1948, p. 82.

⁹ Dimarás, 1986, pp. 40 e ss descreve o ambiente grego pós-Iluminismo em que se retomou o interesse pela história pátria: os anseios pela independência, concretizados na guerra de 1821-30; a abundância de monumentos antigos e medievais; e a preocupação, cada vez mais crescente, de se estudar a gramática da língua a partir de uma perspectiva histórica seriam os três elementos que, configurando realidades políticas, culturais-religiosas e linguísticas, estariam na base das preocupações historicistas gregas. Dos três elementos a preocupação com a língua não mais do ponto de vista da gramática, mas de sua evolução histórica, é o que ganha mais relevo e acende mais debates: em 1784 Neófito Kafskalivítis é instado por seus alunos que desejavam estudar um discurso de Lísias; o mestre se escusa, dizendo que “seria impossível compreendê-lo sem a história” (*eínai adýnaton na ennoithí ánev istorías*). Segundo Dimarás, 1986, p. 42 a anedota sinaliza o momento em que o interesse pela gramática começa a ser suplantado pela preocupação com a história por via do conhecimento da língua.

¹⁰ Principalmente nos volumes IV e V da *Istoría tou ellinikou éthnous* o historiador reforça a idéia da unidade diacrônica do povo grego, inspirado nos ciclos viquianos. Porém Paparrigópoulos não cita explicitamente Vico, além de focar a questão da unidade diacrônica no conceito historicista de nação. Cf. Dimarás, “I óra tou Vico gia tin Elláda”, pp. 440-1, in: Dimarás, 1994. Sobre o pensamento historiográfico de Vico cf. Hutton, 1972, *passim*.

¹¹ Principalmente quanto à questão da teleologia histórica. Cf. Collingwood, 1946, p. 89. Sobre Herder e a questão da história nacional na Grécia cf. Eleftheriadis, 1999, p. 41. Sobre a influência de concepções ocidentais sobre os autores gregos do período cf. Dimarás, 1987, p. 263.

contemporâneos (principalmente Guizot, Thiers, Mignet e Michelet), a noção de que o historiador não é mais apenas um erudito, como os do século XVIII a exemplo de Gibbon, mas alguém que galvaniza os anseios de todo um povo¹². Preocupado sobretudo com o ensino da história pátria a seus contemporâneos e professor de História da Universidade de Atenas a partir de 1851, K. Paparrigópoulos renovou o ensino da matéria ao pensar questão a partir das categorias da *Megále Idéa* de seu contemporâneo e contemporâneo P. Calligás (1814-96)¹³: ambos partilhavam de uma preocupação comum e contraditória: como preservar a continuidade e unidade históricas do povo grego sendo que a antigüidade permanece culturalmente na modernidade sem contudo haver conseguido configurar-se como unidade política, e o império bizantino, muito embora tenha conseguido manter tal unidade, não possui direta ligação política com a modernidade devido ao domínio otomano (1453-1821)? Até então, estudava-se na Universidade de Atenas história pátria e história antiga separadamente. A resolução do impasse e a solução das contradições é encontrada na formulação da *Megále Idéa*, solução que também vai condicionar a partição do historiador: a unidade histórica do povo grego estaria garantida diacronicamente porque protegida por uma tripla couraça¹⁴ ideologicamente eclética, na medida em

¹² Dimarás, “O Konstantinos Paparrigopoulos os ta mísa tis zoís tou (1815-1853)”, p. 14, in: Paparrigópoulos, 1999. À p. 22 o prefaciador reporta a definição do próprio historiador para sua função: *o istoriográphos einai o didáskalos tou éthnous*, historiador que escreve para *térpei áma kai didáskein*. Não fosse a inserção de K. Paparrigópoulos em seu próprio contexto, seria digna de comparação mais aprofundada a semelhança de propósitos em relação àqueles protocolados por Políbio (I, 1, 2, para a questão da história didática, e XV, 36, 3, para a questão da dupla finalidade da história, proveito e prazer), ainda que por via de uma tradição que os configure como lugares-comuns historiográficos. Também Liakos, “The construction of national time: the meaning of the Modern Greek historical imagination”, pp. 27-42, in: Revel et alii, 2001 analisa e relaciona o contexto romântico grego com as formulações historiográficas de K. Paparrigópoulos. Momigliano, 1979, p. 142 discute o enfoque civilizacional operado pelos historiadores do século XVIII, de capital importância para a historiografia que com estes dialoga.

¹³ Que a fórmula em 1842, segundo Vitti, 1992, p. 233, n. 12; na mesma nota o autor corrige K. Dimarás, para quem a *Megále Idéa* reportar-se-ia a I. Coletti (1844). No artigo “`Tis Megáles táftis Idéas`”, pp. 405-418, in: Dimarás, 1994 o mesmo autor desenvolve a questão. Cf. também Eleftheriadis, 1999, pp. 48 e ss.

¹⁴ Dimarás, “O Konstantinos Paparrigopoulos os ta mísa tis zoís tou (1815-1853)”, p. 11, in: Paparrigópoulos, 1999: *o ellinikós laós, tethorakisménos me tin triplín táftin panoplían* (...). Para Demetriou, 2001, p. 24 Paparrigópoulos foi um “formidável representante do nacionalismo romântico e do fundamentalismo religioso” do período. No prólogo, porém, do resumo da *Istoria tou ellinikou éthnous* publicado na França em francês, o historiador afirma (1878, p. x): “j’ai évité autant que possible toute discussion passionnée”. O apego do historiador à religião como fator de unidade provêm da autoproclamada “verdadeira ciência da história” desenvolvida por S. Zampélios, arquiteto da idéia de unidade grega e contrário à filosofia da história com a qual, porém, mantém estreitas relações, principalmente com Herder e Hegel: cf. Dimarás, 1969, p. 16 e Zakythinós, 1974, pp. 5-6 e 15. Muito embora pelo prisma religioso, S. Zampélios define a história humana em termos análogos aos

Breno Battistin S., Polibio comodelo epistemológico de...

que as diferenças religiosas haviam sido suprimidas pelo cristianismo, as diferenças políticas pelo conceito de povo e as diferenças dialetais pela língua comum. A *Megále Idéa* é assim uma concepção étnico-política¹⁵ de nação fundamentada na situação grega pós-independência (1830), quando se estabelece uma unidade política, mantêm-se o cristianismo como religião oficial e acredita-se na semelhança derivada da continuidade entre a língua antiga e a moderna, chegando até a casos, como o do próprio K. Paparrigópoulos, que escreve numa língua arcaizante e anacrônica, como se retomasse a *koiné* alexandrina¹⁶. Estribado na perspectiva histórica da unidade diacrônica da nação grega¹⁷, K. Paparrigópoulos divide sua monumental história

empregados por Hegel: (...) entéfhēn proérhētai o daimónios kai thriskeftikós tis istorías haraktír, o katholikós ekefínos logos, óstis to shíma tis anthropótitos kathístisin omóiomā tou Theíou Lógou, káthēdran Pnévmatos Katholikou (daí provém o caráter sagrado e religioso da história, aquela razão universal, a qual faz do desenho da humanidade uma réplica da Razão Divina, cátedra do Espírito Universal – 1857, p. 7). À última página das suas *Vorlesungen* (1996, p. 521) Hegel já havia se manifestado em termos semelhantes: *Wichtig ist die Einsicht, dass der Geist sich nur in der Geschichte und Gegenwart befreien, befriedigen kann und dass das, was geschehen ist und geschieht, nicht nur von Gott kommt, sondern Gottes Werk ist* (é importante a noção de que o Espírito é livre e se satisfaz apenas na história e no presente, e que o que ocorreu e ocorre não apenas provém de Deus, mas é obra de Deus – para Holborn, 1949, p. 11 a filosofia da história hegeliana representaria uma tentativa de síntese entre a teologia cristã da história e a concepção grega de história; argumento semelhante em Kuhn, 1949, pp. 26-7). Para S. Zampélios, a língua seria de fato o elemento que daria sentido tanto à política quanto à religião, tendo papel o mais importante a configurar a idéia de unidade (1857, pp. 12-3) cf. Zakythinós, 1974, p. 13. A idéia da tripla couraça é inspirada diretamente na trindade cristã, conforme afirma o próprio S. Zampélios, 1857, p. 18.

¹⁵ A respeito das implicações políticas da *Megále Idéa*, como a tentativa de reportar o reinado do bávaro Oto (1830-62) aos imperadores bizantinos, cf. Vitti, 1992, p. 212. O próprio K. Paparrigópoulos escreveu um artigo (Apópeira éthnikis aftoktonías. I shési tou néou ellinismou me to Byzántio) especificamente dedicado à questão. Sobre a questão, cara ao historiador do século XIX, do estudo da nação via método científico, cf. Barrera, 1994, pp. 174 e ss.

¹⁶ Dimarás, “O Konstantinos Paparrigopoulos os ta mísa tis zoís tou (1815-1853)”, p. 29, in: Paparrigópoulos, 1999. Essa língua é a *katharévousa*, criada a partir da preservação das formas e vocábulos do grego antigo no moderno (cf. Thumb, 1914, p. 184 e Demos, 1958, p. 532). A língua vernácula e popular é a *dimotiki*.

¹⁷ Desenvolvida por S. Zampélios porém já fortemente enraizada no romantismo grego: cf. Dimarás, 1987, p. 264. Conforme assinala Vitti, 1992, p. 278, K. Paparrigópoulos é o “primeiro historiador que, com admirável responsabilidade e resolução, fundiu método científico à ideologia dominante do megalóideatismo”. Cf. também Dimarás, “Konstantínos Paparrigópoulos. I akmi kai to télos”, p. 27, in: Paparrigópoulos, 1970. Em outra obra (1987, p. 263) K. Dimarás aventa a hipótese de que a busca pelo retorno à idealizada antiguidade grega fora fruto também da pobreza e devastação da Grécia depois da guerra de independência (1821-30), somada às afirmações do historiador austríaco Fallmerayer de que não haveria ligação entre o helenismo antigo e o moderno.

grega em cinco períodos: 1) das origens até a queda de Corinto (146 a.C.), a “parte mais famosa da história da nação grega”¹⁸; 2) o intervalo compreendido pelo domínio romano (146 a.C. – 476); 3) o império bizantino (476-1453), “novo período de liberdade da nação grega”; 4) o intervalo compreendido pelo domínio otomano (1453-1821) e 5) o período de “retomada da liberdade”, da independência (1821) até os dias do historiador¹⁹.

Afinado com a visão do período sobre Políbio, também K. Paparrigópoulos o considera autor de uma fonte confiável: no prefácio do primeiro volume, em meio à discussão sobre o imenso poder do Senado romano e antes de inserir integralmente o passo VI, 17, 2-9 em que o historiador megalopolitano explicita a vasta esfera de competências da máxima assembléia romana, o historiador romântico afirma²⁰: *Políbio, observador e perito em tais fatos, escrevendo no segundo século antes de Cristo, ou seja, no auge do domínio romano, relata de modo sagaz e objetivo como o Senado determinava tudo*²¹. À semelhança de T. Mommsen K. Paparrigópoulos se apropria de conceitos do próprio Políbio (*aftóptes, aftópeiros*)²² a fim de atribuir-lhe valor, empregando-o historicamente a partir de critérios de inserção do historiador antigo desenvolvidos por classificações tais quais as de Hegel e Nietzsche. Mais do que afinado com os filósofos alemães, o historiador grego se apropria de Políbio de acordo com o enfoque de seu próprio meio. Em 1854, um ano após a publicação da primeira edição didática da obra monumental, M. Reniérís, autor de um *Ensaio de filosofia da história*²³ dedicada a *I. B. Bího, patrí tis epistímis tis istorías*, escreve um artigo no periódico grego publicado em francês, *Le spectateur de l'orient*, onde compara Políbio a Vico, afirmando que assim como o primeiro conforma sua história em um único organismo centrado na formação do poderio romano, também o segundo, na *Scienza nuova*, propõe que a ciência só existe se a respeito do “espírito universal (*pangosmíou pnévmatos*)”, do qual “a história é a peça e as nações, as

¹⁸ Paparrigópoulos, 1999, p. 34.

¹⁹ A primeira edição, didática, é de 1853. A segunda, a da obra monumental, iniciou-se em 1860. Sobre a inspiração de tal partição na trindade cristã separada por dois intervalos, cf. Zakythinós, 1974, p. 6.

²⁰ Demetriou, 2001, p. 24 analisa a apropriação da antiguidade grega por parte de K. Paparrigópoulos. Sobre o conhecimento dos historiadores antigos por parte dos gregos modernos, cf. Dimarás, “I romantikí istoriographía stin Elláda”, p. 454, in: Dimarás, 1994.

²¹ Paparrigópoulos, 1970, p. 113: O Polýbios, aftóptis kai aftópeiros tón pragmatón genómenos, gráfon de em te akmê tou romaikou krátous, exigéi efkrinôs kai praktikôs pês kathórthou táfta pánta i Sýnglitos.

²² Pol., III, 4, 13: (...) mè mónon autóptes, all' hôn mèn synergòs hôn dè kai kheiristès gegonéni (...) (não apenas observador, mas de algumas coisas colaborador, de outras também participante tornei-me). Cf. também todo o livro XII, onde o historiador critica a metodologia de seu antecessor Timeu de Taumônio enfatizando a necessidade de *empeiria* por via de *autopátheia*.

²³ Publicado em 1841: cf. Dimarás, 1987, p. 263.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

protagonistas”²⁴. A apropriação, portanto, de Políbio por K. Paparrigópoulos do ponto de vista epistemológico é feita sob a perspectiva da necessidade de unidade historiográfica que, enunciada pelo historiador antigo, é empregada pelo moderno a partir da interpretação corrente à época sobre a epistemologia viquiana, a fim de conferir organicidade à ideologia que perpassa a composição de sua obra.

A unidade totalizante da obra do historiador romântico, centrada nas categorias da política, da língua e da religião, se assemelha ao reclame de estrita unidade política do Mediterrâneo sob o poder romano pós-146 a.C. trabalhado por Políbio como elemento ordenador de sua história universal: *o elemento singular de nossa obra e espantoso em nossa época é isto: assim como o acaso inclinou quase todos os Estados do mundo habitado para uma só parte e os coagiu a se voltar para um só e mesmo escopo, do mesmo modo também é preciso, por meio da história, apresentar aos leitores sob visão de conjunto essa operação, algo feito visando à convergência de todos os acontecimentos. Pois sobretudo isso ocorreu, o que nos incitou e despertou para o empreendimento da história; além disso, nenhum dos nossos contemporâneos empreendeu coligir todos os fatos* (tôn kathólou pragmatón). (...) *a história parcial é completamente superficial se comparada à experiência e à convicção da história universal* (ten tôn hólon empeirían kai pístin). *Apenas a partir da coesão e da justaposição de todas as coisas umas em relação às outras, e ainda de sua semelhança e diferença, alguém atingiria e poderia, a partir da visão de conjunto, apreender a utilidade e o prazer da história*²⁵. Nesse sentido, do mesmo modo como o historiador antigo se apropria do vocabulário filosófico aristotélico a fim de definir a abrangência epistemológica de sua obra, fundindo história, filosofia e, em certo sentido, atributos do mito poético aristotélico (centrado no reclame de unidade e coerência), assim também o historiador romântico, refletindo a preocupação totalizante da filosofia da história de matiz vico-hegeliano, elabora como mito historicista a história una e total da “nação grega”.

Contrariamente ao final do *Teeteto* platônico, em que a aporia socrática permite duas interpretações, a de que o conhecimento (*epísteme*) não existe ou é algo não nomeável se definido em termos sensíveis, e a de que precisamente por ter se estruturado a discussão sobre três variáveis é necessário que cada leitor-interlocutor configure sua própria definição; e contrariamente à filosofia cartesiana que, calcada na busca pela superação do ceticismo por meio da análise da relação entre idéia e

²⁴ Sobre M. Reniéris (1815-90) e a influência viquiana nas concepções historiográficas gregas do período, cf. Dimarás, “I ora tou Vico gia tin Elláda”, p. 437, in: Dimarás, 1994. O excerto do artigo de M. Renieris é citado na mesma obra à p. 601, n. 7. Segundo Zakythinós, 1974a, p. 25 M. Reniéris é um dos responsáveis pelo início de nova fase relativa aos estudos históricos na Grécia à época, a gênese dos estudos históricos neolênicos. Sobre o conceito de unidade como categoria lógica (e não ontológica) criada pelo historiador cf. Barrera, 1983, p. 161.

²⁵ Pol., I, 4, 1-2; 10-11.

coisa²⁶, alija o conhecimento histórico do domínio da razão²⁷, situando-o, portanto, no campo em que o cético se exercita²⁸, a recepção paparrigopoliana de Políbio se assenta sobre a idéia tacitamente aceita²⁹ de que o conhecimento humano é algo de fato existente, erigido sobre pressupostos humanos, ou seja, no caso da história, a possibilidade de se apreender e transmitir por escrito uma realidade passada, possibilidade não questionada ceticamente. O historiador questiona a veracidade, a cronologia, o conteúdo etc. da fonte, mas quando começa a questionar ceticamente a possibilidade de existência do próprio conhecimento histórico e todas as suas variáveis a partir de quaisquer critérios³⁰, não deixa de ser historiador, mas amplia o campo do exercício da visão para dentro da própria obra. Quando um historiador ou um teórico da história se apropria de Políbio, questiona a validade ou necessidade da apropriação, mas nenhum deles, até Hegel e sua historiografia pragmática, afirma que apropriar-se de Políbio equívale a reconstruir o pensamento do historiador antigo a partir dos elementos e interesses não só do presente mas, às vezes, até do próprio indivíduo. Por outras palavras, mesmo o historiador atual que tenta ler o historiador antigo tendo a consciência do peso de sua própria experiência presente, nem ele tampouco questiona a realidade desta apreensão, mas redige como quem transcrevesse as conclusões de um diálogo com o historiador antigo. Políbio, entretanto, quando constrói a explicação causal e a narrativa da Segunda Guerra Púnica³¹, a todo momento questiona a ontologia de sua construção.

Não se encontram em K. Paparrigópoulos explícitos questionamentos céticos sobre a possibilidade do conhecimento histórico, muito embora o historiador denote

²⁶ Sobre a relação entre cartesianismo e conhecimento histórico, cf. Collingwood, 1946, p. 65 e Momigliano, 1979, p. 141.

²⁷ Nas *Regulae ad directionem ingenii*, 1628, III, 2, o filósofo opõe ciência e história (*ita enim non scientias videremur didicisse, sed historias*). No *Discours de la methode*, 1637, I, 8 questiona a necessidade do conhecimento histórico. Sobre a concepção cartesiana de história em si cf. Saliba, 1988, pp. 1083-4.

²⁸ Para Kessler, 1971, p. 13 tal fato promoveu uma “catástrofe da história” (*die katastrophe der Geschichte im Cartesianismus*). Sobre as perspectivas abertas pela concepção cartesiana de conhecimento histórico cf. Leffler, 1976, p. 221, n. 7 e especialmente pp. 233 e ss, e Saliba, 1988, pp. 1081-2.

²⁹ Barrera, 1994, p. 134 enfatiza a necessidade da cumplicidade por parte do leitor de uma obra de história no sentido de aceitar sua própria ontologia.

³⁰ Necessidade sentida pelos historiadores modernos a fim de estabelecer uma história com leis e dinâmicas próprias a fim de superar as críticas de Descartes: Holborn, 1949, p. 10. Sobre o questionamento cético operado já na antigüidade sobre a historiografia cf. Dover, 1983, pp. 56-7.

³¹ Temas capitais da obra do historiador, cujo escopo é demonstrar “como e por que gênero de constituição os romanos conquistaram o poder sobre o mundo habitado em menos de cinquenta e três anos” (I, 1, 5-6; III, 4, 12 e VI, 2-3). A Segunda Guerra Púnica (219-202 a.C.) constitui precisamente o início deste recorte, e em função dela se explicam suas causas bem como a importância da constituição mista romana como fator determinante de sua vitória no conflito.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

haver questionado o tipo de conhecimento que praticava na medida em que insere digressões em suas obras ou manifesta pensamentos esparsos a respeito do próprio ofício. Quando Políbio, entretanto, escreve sobre a Segunda Guerra Púnica, evento cronologicamente muito próximo ou mesmo anterior a seu nascimento, a impossibilidade da ubiqüidade espaço-temporal bem como a dificuldade inerente à apreensão da temporalidade passada; a necessidade de identificar o mais significativo evento a configurar o início de uma nova conjuntura bem como de escrever de modo a adequar-se às perspectivas já descortinadas pelo seu próprio meio intelectual; e, por fim, a problemática definição das características do gênero que comportaria um relato sobre tal evento, tudo isso não passou despercebido ao historiador, o único em toda a antigüidade que intervém obsessivamente na própria narrativa para tratar de sua própria função autoral bem como da preceituação do gênero. Muito mais do que uma coletânea de regras esparsas, é preferível enxergar as constantes intervenções de Políbio como o resultado de questionamentos céticos executados à medida do surgimento de cada obstáculo ou dificuldade, ou seja, um retrato parcial da mente de um historiador trabalhando.

No caso de Políbio e da Segunda Guerra Púnica o trabalho do historiador configurou-se como exercício de visão do passado e por isso indiretamente realizado, assentado na aceitação da possibilidade de apreensão mediada da realidade. Por outras palavras, essa parte da história polibiana, muito embora reclamada como história pragmática, pode ser também definida como exercício intelectual de reconstrução narrativa do passado³² que dialoga com uma dada sociedade³³. O historiador reclama descobrir um problema e se põe a relatá-lo, mas não lhe interessa explicitar uma eventual consciência de que o que de fato está a fazer é reconstruir literariamente uma suposta realidade por meio de exercício narrativo. Do mesmo modo, também o fizeram todos aqueles que direta ou indiretamente se apropriaram de Políbio, quaisquer que sejam suas finalidades. Do mesmo modo, também este trabalho entende e responde a seus questionamentos iniciais reconstruindo deliberadamente sobre o passado, e tendo a consciência de que a identificação do mesmo procedimento no historiador antigo, ainda que descrita anacronicamente por conceitos atuais³⁴, tão somente escancara a permanente dúvida e o inquieto anseio de descobrir que subjaz ao pensamento de qualquer historiador. Quanto ao entendimento e às respostas, os caminhos da análise constituem demonstração de preocupações correntes; quanto à reconstrução, é o único elemento que, mais do que presentificar o interesse dos ou pelos historiadores de outrora, denota problemas e questionamentos do próprio ofício contemporâneo do historiador. Seja como manancial, refúgio, inspiração ou êmulo, é sempre útil e agradável ler Políbio e K. Paparrigópoulos. Por outras palavras, a recuperação de um tipo de leitura paparrigopuliana de Políbio – como possível,

³² A partir da proposta de Barrera, 1983, pp. 14 e 149.

³³ Barrera, 1994, p. 101.

³⁴ Momigliano, 1979, p. 149: “we must admit that our inspiration is in our own problems rather than in ancient sources”.

pontual e genérico modelo epistemológico – é, ao mesmo tempo, questionamento cético do historiador atual sobre seu ofício, na medida em que busca obter seu próprio entendimento de um historiador antigo pelo filtro de um outro historiador, e também exercício de reconstrução histórica e historiográfica próprio do ofício em questão, ao aceitar a possibilidade do resgate verossímil de diferentes leituras do passado como base para uma reconstrução epistemologicamente válida.

Esta leitura, por sua vez, abraça um compromisso manifestado primeiramente por historiadores que, como Políbio, apresentam uma específica preocupação didática relativa ao próprio ofício. Ao afirmar que “a história é a educação e exercício mais verdadeiros para as ações políticas” (I, 1, 2), e ao definir o historiador ideal a partir do modelo odisséico e do filósofo ideal platônico³⁵, Políbio identifica o homem pragmático e o historiador, portanto escreve não apenas para educar o político, mas também o historiador. A maior lição de sua obra, derivada seja dos princípios historiográficos, seja da formulação do projeto, seja da Segunda Guerra Púnica, é o exemplo da competência na reconstrução do passado, ou seja, uma competência tão somente humana e que apenas a sê-lo aspira, o exemplo da dedicação do historiador ao próprio ofício. Mais do que uma história *didáskalos* ou *magítra uitae*, as *Historiai* polibianas constituem singelamente uma *paideía* escrita para um ambiente de mentalidade helenizante: Cipião Africano, seu neto Emiliano, Névio, Fábio Píctor, Timeu e o próprio Políbio, todos eles de alguma forma tentaram entrelaçar o mundo não-grego à herança cultural helênica, seguindo talvez a preceituação isocrática segundo a qual a conjunção da conveniente disposição natural e apropriada educação permitem que se nomeie grego a um indivíduo³⁶. Aparte a

³⁵ XII, 27, 10-11 – 28, 1-5: *ele* [e.g., Homero], *desejando mostrar-nos como deve ser o homem pragmático, apresenta a personagem de Odisseu e diz mais ou menos assim:*

narra-me o homem, Musa, astucioso, que muito vagou,
e em seguida

de muitos homens viu as praças e conheceu o juízo,
e no mar muitas dores sofreu no peito, (Od., I, 1-3)

e ainda

percorrendo as dolorosas vagas e as guerras dos homens (Od., VIII, 183).

Parece-me que tal homem investiga a noção de história. Platão afirma que a vida humana estará bem quando os filósofos reinarem ou os reis filosofarem; também eu diria que a história estará bem quando os homens pragmáticos empreenderem escrevê-la, não como agora, por lazer, mas julgando que isso lhes é o que há de mais necessário e belo, dedicando-se com seriedade por toda a vida, ou quando os que desejarem escrever considerem necessário à história o conhecimento a partir dos próprios fatos. Antes disso não cessará a ignorância dos historiógrafos.

³⁶ Cf. Isóc., *Paneg.*, 50: *Éllenas kaleísthai tous tês paideúseos tês hemetéras è tous tês koinês fýseos metékhontas; Antid.*, 189-90 e análise de Ahrweiler, 2000, p. 7. Segundo a autora (p.

Breno Battistin S., Políbio com o modelo epistemológico de...

preocupação de Isócrates com a inserção dos macedônios no mundo grego, é possível constatar que o critério de nacionalidade proposto não deriva do nascimento, mas da (con)formação. Também Políbio escreve a indivíduos capazes de natural e intelectualmente lê-lo: “o historiador ideal é o leitor ideal”³⁷. Dois mil anos depois K. Paparrigópoulos escreve como *didáskalos kai odigós* da nação grega, a qual “nomeia todos os homens quantos falam a língua grega como sua própria língua”³⁸. Independentemente da ideologia que orienta tal formulação³⁹ bem como de qual língua grega se trate⁴⁰, o conhecimento de tal idioma pavimentava o caminho que conduz ao contato com um representante do passado por via de uma comunidade de pensamentos. Estabelecê-lo e proporcioná-lo por via de seu questionamento, compreensão e discussão é também tarefa do historiador contemporâneo.

Estabelecer a comparação entre Políbio e o ambiente historiográfico grego do século XIX é frutífero não apenas do ponto de vista da análise da recuperação e inserção do historiador antigo em uma concepção moderna que, apesar dos elementos próprios de seu período, é marcada justamente por representar a durabilidade e permanência da lição do passado. Tanto Políbio quanto K. Paparrigópoulos escreveram em épocas de grandes sínteses historiográficas, o primeiro em meio ao debate entre a tradição grega e o nascente pensamento romano, o segundo, entre sua formação francesa e a necessidade de definir a identidade nacional de um país cuja cultura oscilava entre o ocidente e o oriente, ou entre passado e presente. Por outras palavras, ambas as obras constituem imensas tentativas de sínteses ecléticas operadas por intelectos privilegiadamente situados. Além disso, três outros elementos contribuem para aumentar o número de afinidades as quais, mais do que suscitadas pelo ambiente do século XIX a que pertencem, dizem respeito também ao historiador do século XXI: as relações entre história e política, história e filosofia e história e mito.

Muito embora Políbio houvesse exercido intensa atividade política antes de tornar-se refém dos romanos, assim que isso ocorreu teve tão somente acesso aos

12), o maior reconhecimento da validade romântica desta noção veio da parte de Shelley e Chateaubriand, que teriam declarado: “somos todos gregos”.

³⁷ Kessler, 1971, p. 45, parafraseando G. Viperano, “De scribenda historia liber”, p. 68, *in*: Kessler, 1971: *historias qui prudenter scripserit utiliter etiam legerit*.

³⁸ Paparrigópoulos, 1999, p. 33: Ellinikón éthnos onomázontai óloi oi ánthropoi, ósoi omilóusi tin Ellinikín glóssan, os idían aftôn glóssan.

³⁹ Barrera, 1994, p. 175 analisa a questão da “educação nacional” por parte dos historiadores do século XIX.

⁴⁰ A questão da língua grega e sua continuidade ou não com a antiga entendida como elemento de identidade do povo é debatida até hoje. Cf. Ahrweiler, 2000, pp. 8 e 13. Mirambel, 1932, p. 352, a partir da comparação entre os aspectos verbais do grego antigo e do moderno, não hesita em afirmar a continuidade das duas línguas. Ao final do artigo (p. 360), conclui: “a continuidade da língua é tamanha que não é somente hoje que tal complexidade se constata. Mesmo em seus traços lingüísticos mais originais, mesmo em suas maiores evoluções, o grego só inovou por permanecer fiel a uma tradição”.

círculos do poder do período, poder entretanto que jamais exerceu. Observou e absorveu o pensamento de tais círculos, mas não participou efetivamente da política nem sua obra pode ser dita um programa político. Do mesmo modo K. Paparrigópoulos: afinado com a ideologia que respaldava o trono de Oto, recusou cabalmente participar da política, e afirmou que sua obra constituía uma “história, não um programa político”⁴¹. Muito embora inseridos em seus ambientes políticos e nutridos por ele na confecção de suas obras, ambos os historiadores desenvolvem um conhecimento que não determina uma praxe política mas, por contraposição, reclama sua especificidade. O historiador atual, muito embora nutra-se também da política enquanto objeto de estudo, passa longe das esferas mais altas do poder, talvez exercendo-o de modo restrito com sua modesta obra. Ao desafio entrevisto por A. Momigliano⁴² para o atual estudioso da história antiga – “como avaliar os historiadores clássicos se e quando eles não são mais nossos guias, e por isso mesmo somos tentados a reduzi-los ao nível de evidência ideológica de seu próprio tempo?” – a resposta está na ampliação do campo de estudos do historiador na mesma medida da restrição de sua atividade política: quanto menos participação efetiva, tanto mais tempo sobra para que se aprofunde no conhecimento do passado sem outra finalidade senão a vastidão do próprio objeto somada ao inquieto exercício de uma visão apreensiva e criadora. Exatamente aquilo que Políbio e K. Paparrigópoulos demonstram haver feito de suas obras.

A perda paulatina da participação política por parte do historiador faz com que a ampliação de seu campo de estudo enverede por caminhos aparentemente não pertencentes à história. A filosofia, por exemplo, sempre foi vista como matéria distinta da história, muito embora por esta frequentemente apropriada. Desde os apontamentos relativos à verdade e ao método em Hecateu, Heródoto e Tucídides, desde a aquilatação aristotélica da história pelo critério filosófico, desde Políbio, desde os prólogos salustianos e liviano, desde o diálogo alegórico entre Filosofia e História que constitui o prefácio das *Histórias* de Teofilacto Simocata (séc. VII), em que a primeira se dirige à segunda apostrofando-a “*thýgater*”, ao que a outra responde-lhe “*pánton basíleia*”, desde os juízos de Fócio⁴³, Patrizi⁴⁴ e Vossius⁴⁵,

⁴¹ Dimarás, “Konstantínos Paparrigópoulos. I akmí kai to télos”, p. 17, in: Paparrigópoulos, 1970: gráfomen istorían kai óhi prógramma politikón. O historiador assim se pronunciou por ocasião de uma reedição de sua obra em 1886.

⁴² 1979, p. 149.

⁴³ A própria classificação genérica de Políbio foi um problema para a filologia bizantina: para Fócio (IX), que talvez reflita mais a erudição renascente à sua época, Políbio é enquadrado sob a rubrica de filósofo (167, 114b16).

⁴⁴ Em 1560 o filósofo F. Patrizi esboça o tom da admiração corrente por Políbio por meio do discreto elogio posto na boca de Camilo Strozzi, personagem de seu décimo diálogo sobre a história: *eu gostaria, ele respondeu, que todos os historiadores fossem assim, mistos de filósofo e de historiador como é Políbio* (Patrizi, “Lo Strozza ovvero della degnità dell’historia. Dialogo decimo”, p. 59v, in: Kessler, 1971: *Et io vorrei, rispose egli, che tutti gli storici, fossero così misti di Filosofo, et d’historico, come si è Polibio*).

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

desde, enfim, a filosofia da história dos séculos XVIII e XIX, dentre muitos outros exemplos possíveis, conhecimento histórico e conhecimento filosófico são encarados como distintos muito embora se freqüentem mutuamente, uma vez que nasceram juntos no mundo jônico de V a.C. Com Políbio e K. Paparrigópoulos a relação se torna mais explícita e caminha sem atritos rumo a concepções historiográficas próprias.

Filosofia e história distinguem-se talvez pelo objeto de estudo e pelas respostas fornecidas, mas certamente se aproximam quando da formulação das questões. Do mesmo modo como Políbio sentiu a necessidade de aprender sobre a formação do poderio romano, e para tanto refinou a pesquisa estribado na perseguição estrita da verdade iniciada pela cadeia causal, assim também K. Paparrigópoulos desejava reconstruir o passado de uma terra havia quatrocentos anos envolta em guerras permanentes e dominação estrangeira. Com o auxílio do instrumental filosófico ambos reconstróem o passado a fim de responder a suas próprias questões, criando assim, por sua vez, um modelo intelectual próprio de passado. As dúvidas e problemas que levam à sua formulação pertencem, por sua vez, ao mesmo momento do qual partem tanto a filosofia quanto a história, ambas iniciadas por uma busca: *assim diz Aristóteles no Protréptico: “se se deve filosofar, deve-se filosofar; e se não se deve, deve-se; logo, deve-se sempre filosofar”*. Pois se existe a filosofia, muito nos beneficiamos de sua existência mas, se não existe, também assim nos beneficiamos ao buscar como não existe: *buscando, filosofamos, posto que buscar é a causa da filosofia*⁴⁶. “Filosofar” e “filosofia” poderiam ser substituídos perfeitamente por “historiar” e “história”, desde que o autor da frase fosse um historiador: enquanto houver fogo fora da caverna, enquanto ele provocar espanto, enquanto houver guerras púnicas e quem tenha necessidade de compreendê-las via aprendizado próprio, enquanto houver mais perguntas que respostas, enquanto, enfim, for necessário atar as pontas da vida, o estudo histórico só ganhará ao lançar mão de todas os recursos disponíveis em sua busca permanente.

Se em Políbio e K. Paparrigópoulos está presente o convívio entre filosofia e história, por outro lado essa presença adentra a obra de cada um de modo distinto.

⁴⁵ *De historicis graecis*: depois de admirar-se de que Tito Lívio não conceda a Políbio outro elogio senão o de *escritor nunca desprezível* (p. 123: *Mirum uero, Liuium non alio elogio Polybium dignari, quam scriptoris hautquaquam spernendi*), aquilata: *de fato Políbio cede em eloquência a Heródoto, Xenofonte e a um ou outro grego; mas se se deseja prudência política e ciência militar, não fica atrás de ninguém. Não se contenta só com narrar; também aconselha, fundindo dupla função, de historiador e de filósofo, algo que Patrizi difamou injustamente* (p. 124: *Verum ut sane Polybius eloquentia cedat Herodoto, Xenophonti, et praeterea uni, alterique Graecorum; attamen ciuilem prudentiam si spectes, et scientiam militarem, nulli fuerit secundus. Narrare contentus non est; sed etiam monet, duplici fungens munere, historici et philosophi. Quod immerito sugillat Patricius*).

⁴⁶ Elias (séc. VI), *Ad Porph.* Isag., 3, 17-23. Cf. Barrera, 1994, p. 67, que parte do fragmento aristotélico para analisar a questão da filosofia entendida como partícipe de outros ramos do conhecimento.

Fruto do diálogo com S. Zampélios e, por via deste, com Hegel; com a imensa influência da religiosidade ortodoxa⁴⁷, e com o anseio pós-independência de identidade nacional, a obra de K. Paparrigópoulos é redigida de forma a galvanizar tais elementos exprimindo-os sob a forma mais coerente possível. Assim, a história é elaborada a fim de dar vazão a um reclame filosófico já previamente formulado, de modo muito semelhante ao que faz Hegel na elaboração de sua filosofia da história⁴⁸. Políbio, entretanto, face a um problema presente se apropria do instrumental filosófico do passado⁴⁹ a fim de entendê-lo. Por outras palavras, a mudança de objeto condiciona a mudança na relação com a filosofia: o historiador que lida com o passado confere-lhe sentido a partir da perspectiva do momento; aquele, por sua vez, que trata do presente emprega o passado a fim tão somente de entendê-lo. Ambos, assim, filosofam e historiam partindo do mesmo ponto e caminhando em sentido contrário.

Ao historiador atual cabe a tentativa de realizar sozinho a dupla operação: resgatando o passado no presente, decodificá-lo a partir de seu próprio contexto e, por sua vez, conferir-lhe um sentido que é inquietação exclusiva do presente. A Segunda Guerra Púnica, então, não é apenas a demonstração da sagaz percepção de um historiador que possibilita descortinar uma fresta do passado por uma janela com vasto campo de visão; é também o ponto de partida cuja compreensão forçosamente se estende para todo o seu entorno seja ele a obra ou o momento do historiador antigo, seja ele a tradição que sobre isso se estabeleceu. Certamente a ânsia pela busca supera o resultado, e assim se configura como interessante objeto de estudo.

A partir do momento em que os caminhos da história e da filosofia se imbricam quando se trata do fornecimento de respostas, inicia-se a fase em que a história assim configurada se apropria da estrutura mítica de pensamento que subjaz à sua determinação. A Segunda Guerra Púnica não é para Políbio a *guerra* que constitui seu objeto de estudo, mas o primeiro e decisivo passo para a circunscrição deste objeto. Semelhantemente à guerra de Tróia em relação à *Odisséia*, a Segunda Guerra Púnica constitui um ponto de partida a partir do qual se conforma o poderio romano. Sem a guerra de Tróia não se concebe o retorno de Odisseu; sem a Segunda Guerra Púnica não existiriam os menos de cinquenta e três anos de formação do poderio romano. O retorno de Odisseu é o relato de suas experiências; a guerra de Políbio é fruto da experiência, ainda que indireta, do historiador que julgou conhecê-la. O

⁴⁷ Dimarás, “Konstantínos Paparrigópoulos. I akmi kai to télos”, pp. 10-1, *in*: Paparrigópoulos, 1970 descreve o crescimento do misticismo na Grécia por volta de 1850 devido às constantes guerras contra os búlgaros, turcos e russos, sucessivas pestes e o fechamento dos litorais gregos por sucessivas invasões, misticismo que propicia o sentimento de unidade grega, do qual a igreja se apropria afirmando ser seu mais tradicional depositário. Cf. também Eleftheriadis, 1999, p. 50.

⁴⁸ Kuhn, 1949, p. 27.

⁴⁹ Basicamente aristotélicos: da *Poética*, os atributos de unicidade e universalidade que o historiador transfere da poesia para a história; da *Física*, a preocupação com a correta definição das causas; e da *Metafísica*, a tentativa de circunscrever a história como ciência.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

retorno de Odisseu define o mito unitário da epopéia; a guerra de Políbio aponta precisamente o início factual de sua trama. Do mesmo modo como a unidade do mito centraliza todo o enredo, assim também a história universal polibiana, cuja articulação se dá a partir do início apontado na guerra em questão, busca o mesmo fim. Não por acaso, portanto, Políbio procura autoidentificar-se com Odisseu, e constrói uma narrativa que dialoga com perspectivas universalizantes de fundo poético, assemelhando-se assim também ao poeta romano Névio, seu contemporâneo.

Também em K. Paparrigópoulos é perceptível uma concepção mítico-poética em relação à finalidade e ao objeto da obra: a definição da “nação grega” como objeto de estudo e o elemento a ser ensinado e/ou despertado por meio da história, o entusiasmo nacionalista⁵⁰, constituem um objeto e uma finalidade que de tão abrangentes, heterogêneos e desconexos, exigem tamanho esforço interpretativo eclético e unificador que tão somente o mito⁵¹, ainda que construído dentro de um ramo especializado do saber, pode dar conta. À pergunta: o que é a nação grega? como definir *o bíos mas?*, a resposta de S. Zampélios⁵² é extremamente eloquente: o filósofo define a “Grécia” a partir de uma comparação com Odisseu: *vida de errante, de Odisseu que muito sofreu (bíos planítou, polypathoús Odysseós); desejo de retorno (tis palinostiseos tin epithymían); conhecedor de cidades e de costumes de homens a partir da própria experiência, pois tirou lições a partir dos sofrimentos (gnoús ex idías peíras póleis kai anthrópon úthi, kai ek tôn pathimáton mathímata labón)*. Assim como o objeto polibiano e a circunscrição universalizante da obra polibiana, o objeto de K. Paparrigópoulos e sua obra totalizante são, mais do que desenhadas a partir de uma concepção mítica historicista romântica, o retrato da permanência do paradigma mítico que circunscreve um objeto de estudo.

Ao historiador atual tal exemplo de apropriação do mito também auxilia na definição de um objeto próprio: a circunscrição do entendimento da Segunda Guerra Púnica a partir da análise de sua relação com o restante da obra polibiana, entendimento que tem seu significado enriquecido a partir da comparação com a tradição relativa a Políbio, constitui também uma tentativa de eclética unificação de fundo mítico, mesmo que também seja operada dentro das possibilidades prescritas pelo próprio gênero de estudo bem como das limitações humanas. Se é semelhante o procedimento, entretanto é diferente a motivação que subjaz à adoção do modelo: não a repetição do passado, nem sua reatualização, mas tão somente a consciência da errância, a vontade, percebida também como necessidade, de sempre tentar retornar a Itaca.

A definição mítica dos objetos polibiano e paparrigopuliano, respectivamente

⁵⁰ Cf. Dimarás, “Konstantínos Paparrigópoulos. I akmi kai to télos”, p. 19, in: Paparrigópoulos, 1970. Leontis, 1997, p. 222 destaca o peso das criações poéticas gregas como instrumento para a formulação da idéia de nação grega.

⁵¹ Para tal função no mito arcaico, cf. Barrera, 1994, pp. 76 e ss. Para a mesma função na concepção totalizante de história de fundo hegeliano, cf. Eleftheriadis, 1999, p. 44.

⁵² 1857, p. 24.

universal e totalizante em seu ecletismo, ambas simples em sua continuidade e unidade⁵³, constituem uma história que, no limite, configura-se como criação de uma *idéa*, de uma história, ou de um historiador, ou seja, o fruto da visão pessoal sobre o passado. Assim também a análise da recepção epistemológica de Políbio por K. Paparrigópoulos: a partir da circunscrição de um objeto de estudo privilegiadamente situado, posto que dá visão para o ofício sócio-político de ambos os historiadores, para seus arcabouços intelectuais e para o substrato de tradição com o qual dialogam visando construir um ponto de vista próprio, torna-se possível retirar dos textos os elementos que dão a pista para a presente reconstrução dessa *idéa* de modo coerente e significativo.

A síntese da reconstrução do passado aponta a inescapável necessidade, percebida por todo historiador, de tentar resgatar do esquecimento perguntas que nunca experienciam a companhia da resposta. O relato polibiano constitui atualmente ponto de observação privilegiado não apenas devido às respostas, cujo fornecimento proporciona, relativas a debates históricos e historiográficos, mas principalmente pela singela resposta destes derivada que constitui ponto de partida para um último necessário questionamento.

A cena é o incêndio final de Cartago (146 a.C.). Fala Cipião, *voltando-se e tomando a minha destra*: “*ô Políbio, é belo mas, não sei como, receio e prevejo que algum dia alguém dará a mesma notícia a respeito da minha pátria*”. Não é fácil falar de uma competência mais pragmática e sensata do que essa. Pois é algo de homem grandioso, completo e, em suma, digno de memória o ter consciência dos próprios fatos, da circunstância adversa e, em resumo, reconhecer a insegurança do acaso na felicidade em meio aos maiores sucessos e aos fracassos dos inimigos⁵⁴. Aparte as relações de amizade entre o historiador e o estadista, o passo entrelaça a importância do conhecimento da história à capacidade de previsão do futuro sintetizando o legado polibiano: deve-se conhecer a história para se conseguir enxergar em profundidade o quanto é instável o acaso. Prevê-lo é suportá-lo e vice-versa, mas prevê-lo não é ser capaz de fornecer datas precisas antecipadamente, e sim ser capaz de reconhecer de antemão aquilo contra o qual é inútil lutar. Cipião Emiliano é o discípulo polibiano por excelência, Políbio é o historiador excelente de um homem excelente. Diante da desgraça alheia a erudição e a competência historiográfica do grego aliam-se à competência militar e à clarividência do romano para deixar à memória futura uma cena que discute não a história, mas a existência: o próprio Políbio, no auge da carreira como hiparco da liga aquéia em 167 a.C., é levado como refém a Roma (primeiro revés), muito embora tenha ali encontrado acolhida bem mais favorável que a dos outros reféns⁵⁵.

A reflexão a respeito da instabilidade do acaso constitui uma lição trágica

⁵³ Analogamente à definição de mito poético simples de Arist., *Poét.*, 1452a14-5.

⁵⁴ Pol., XXXVIII, 21, 1-3.

⁵⁵ Sobre a ambigüidade de sua situação em Roma cf. Walbank, 1957, v. I, p. 3.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

conhecida por gregos e romanos⁵⁶, além de constituir um patrimônio da historiografia romana o juízo sobre a decadência ético-política como algo derivado das guerras de conquista⁵⁷, mas é possível também conjecturar motivos históricos que poderiam ter levado Políbio a escrever tão amudamente sobre a ruína certa das instituições romanas. Muito embora não se saiba as datas corretas de seu nascimento e morte, sabe-se que pelo menos até o último quartel do século II a.C. Políbio estava vivo⁵⁸, e assistiu de dentro dos círculos do poder romanos os debates políticos correntes ao final de século. Cipião Emiliano, neto do Africano adotado por Paulo Emílio, era sobrinho de uma Cornélia casada com Tibério Semprônio Graco, pais dos tribunos da plebe de 133 a.C. e 123 a.C. responsáveis pelo desencadeamento de uma das maiores crises políticas da república. O próprio Cipião Emiliano era casado com uma Semprônia, irmã dos tribunos. Por outras palavras, Políbio tinha acesso direto aos principais responsáveis pela condução do processo político da Roma da época. A crise agrária iniciada já nos tempos de glória de finais da Segunda Guerra Púnica estava mais do que agravada nos anos 30 do século II a.C., até que o conflito estourou por meio dos irmãos tribunos. Assim, não apenas o fato de Políbio pretender apresentar uma lição cara à *paideia* grega pode tê-lo conduzido a tais reflexões, mas também a percepção aguda da própria época e sua especificidade: com o acúmulo de terras cada vez mais em menos mãos o recrutamento do exército, base do poder oligárquico, ia ficando passo a passo mais comprometido, e cada vez mais perigosa a solução do conflito. De acordo com a possibilidade de prever o futuro, chegaria o dia em que “aprender a suportar os revezes do acaso” seria tarefa dos leitores romanos, invertendo tragicamente a teleologia de sua obra⁵⁹.

Da teleologia polibiana e da lição políbio-cipiônica pode-se deduzir que não apenas Roma e suas instituições estão naturalmente fadadas a uma *metabolé* que as conduzirá à *phthísis*, mas também épocas históricas, suas idéias e seus historiadores. O relato polibiano não retrata apenas o início da formação do poderio romano nem da derrocada grega, mas também o primeiro passo rumo à futura *phthísis* romana. No

⁵⁶ No epílogo da obra Políbio afirma (XXXIX, 8, 2): *pedimos a todos os deuses que a parte restante da vida passemos nas mesmas condições, contemplando como o acaso gosta de invejar os homens e sobretudo faz-se valer no momento em que a vida parece ser mais feliz e bem sucedida*. Em II, 56, 10-13 o historiador contrapõe história e tragédia tão somente quanto às suas diferentes finalidades (ensino e prazer, respectivamente): assim, a presença de elementos trágicos em sua obra, longe de configurar uma contradição com suas próprias teorias, é de fato reflexo da riqueza intelectual de seu período e ambiente cultural.

⁵⁷ Ferrero, 1970, p. 45, n. 12.

⁵⁸ Cf. discussão em Walbank, 1957, v. I, p. 6.

⁵⁹ Com efeito, o historiador dialoga com os gregos seus contemporâneos (I, 3, 7-8): *se nos fossem familiares e conhecidos os Estados que disputavam o poder total, talvez não seria necessário escrever sobre o período anterior, ou seja, a partir de qual intenção ou capacidade, tendo-se posto em guarda, empreenderam tais e tão grandes obras. Uma vez que nem a precedente capacidade nem as ações dos Estados romano ou cartaginês são acessíveis à maioria dos gregos, julgamos necessário dispor este livro e o seguinte antes da história*.

momento em que o historiador o expõe, reflete indissociavelmente, direta ou indiretamente, sobre sua própria efemeridade, reflexão passível de ser concretamente resgatada por meio de diálogo. Visto ser forçosamente uma recriação do passado, a história não pode ser um diálogo com ele⁶⁰. Ela é, sim, um diálogo com a morte, limite do mito e da filosofia, o agente responsável pelo cumprimento da efetividade do tempo diante de todos os olhos. Entendendo-se a realidade empírica do tempo a partir do prisma kantiano, ou seja, como “a forma de nossa visão interna” inerente tão somente ao sujeito e não ao objeto⁶¹; e entendendo-se que tal conceito subjaz consciente ou inconscientemente a toda reflexão historiográfica, é possível afirmar que a forma mesma de sua configuração sinaliza não apenas os procedimentos, mas também os interesses que norteiam o pensamento do historiador. Muito embora tente arrancar-lhe com o intelecto aquilo de que a morte necessariamente se apropria com o tempo, cabe ao historiador ter em mente que a última lição polibiana pode não ser nem a mais útil, nem a mais agradável, mas é certamente a única que ata de modo absoluto passado e presente. Derivada não tanto da transitoriedade de seus elementos constitutivos quanto especialmente da reflexão sobre a *phýsis*, o ofício do historiador, assim como o retorno do herói, é muito semelhante ao do filósofo socrático: *quantos calham de entregar-se corretamente à filosofia arriscam a ocultar dos outros que de nada mais se ocupam senão de morrer e estar mortos*⁶². Todo historiador competente o sabe: em 1850, três anos antes da publicação da edição didática da *Istoria tou ellinikou éthnous*, o jovem K. Paparrigópoulos publica seu artigo fundamental⁶³, “*I ellinikí gnómi perì tou systímatos tou Fállmeráyer*”, em que, depois de expor sua visão sobre a história grega e sobre o próprio trabalho que empreendia, conclui refletindo: *deixando de lado o presente estudo introdutório, concordo que muitas vezes, olhando para tais dificuldades, para a grandeza do trabalho, para minhas fracas forças, para meus outros encargos, muitas vezes receei o desafio e hesitei, e ainda neste momento em que vos falo hesito se conseguirei chegar a seu termo. Mas consolo-me recordando as palavras de Políbio: “pois estou convencido... não ficará inconcluso o projeto, nem faltarão homens dignos dele: devido à sua beleza, muitos se encarregarão e se esforçarão para levá-lo a cabo”*⁶⁴.

A reflexão paparrigopuliana estribada no fim da existência a partir da menção a Políbio constitui seguro indício da importância atribuída pelo historiador

⁶⁰ Barrera, 1983, pp. 126-7.

⁶¹ Kant, 1787, § 7: *sie ist nichts, als die Form unserer inneren Anschauung. Wenn man von ihr die besondere Bedingung unserer Sinnlichkeit wegnimmt, so verschwindet auch der Begriff der Zeit, und sie hängt nicht an den Gegenständen selbst, sondern bloß am Subjekte, welches sie anschaut.*

⁶² Plat., *Fédão*, 64a4-6.

⁶³ O texto do artigo é citado na íntegra na biografia do historiador escrita por Dimarás, 1986, kef. 8, pp. 143-74. Sobre a influência do filelismo germânico sobre K. Paparrigópoulos, cf. Gourgouris, 1996, p. 255.

⁶⁴ Dimarás, 1986, p. 174. A citação de Políbio, abreviada pelo próprio K. Paparrigópoulos, encontra-se em III, 5, 8.

Breno Battistin S., Políbio comodelo epistemológico de...

romântico aos preceitos epistemológicos de seu antigo predecessor, sintetizados na proposição de sua *pragmatikè historia*: *quase todos os outros historiadores, talvez a maioria, seduzem muitos para a leitura de documentos ao utilizar todas as partes da história. Pois o modo genealógico atrai quem gosta de ouvir/ler; o relativo a colônias, fundações e parentescos, como é dito por Éforo⁶⁵ em algum passo, atrai o curioso e o altivo; e o relativo aos feitos de povos, cidades e potentados atrai o homem politizado. Tendendo tão somente para este e organizando toda a sua disposição em um único gênero, como eu disse antes, nos adaptamos convenientemente, e para a maioria dos leitores preparamos uma leitura não sedutora. Graças a isso rejeitamos as outras partes da história, preferindo escrever sobre essas relativas às ações, o que afirmamos muitas vezes em outras ocasiões. Em suma, também agora nada nos impede de recordar enfaticamente os leitores. Estão muito bem e variadamente catalogados os assuntos relativos a genealogias, mitos e colônias, bem como a fundações e parentescos. Assim, é preciso que quem lida atualmente com isso diga que os assuntos alheios lhe são peculiares, o que é muito reprovável ou, não querendo fazê-lo de modo claramente inútil, concorde que a respeito disso comporá uma obra e refletirá sobre aquilo que por meio dos predecessores está suficientemente demonstrado e transmitido aos vindouros. Isto decidimos por causa dessas e de outras coisas: escolhemos o modo pragmático (pragmatikós trópos) primeiramente porque renova-se continuamente e necessita sempre de renovada exposição, pois não fora possível aos antigos anunciar-nos ações vindouras; em segundo lugar porque é o mais proveitoso de todos, tanto no passado quanto sobretudo em nossa época, quando alcançam tamanho progresso as ciências e as técnicas que os amantes do aprendizado podem estudar detalhadamente qualquer coisa que aconteça nesse período. Por isso não tanto visando o prazer de futuros leitores quanto o proveito daqueles que meditam (tôn prosekhónton), e mesmo conhecendo outros assuntos, nos voltamos para essa parte⁶⁶. Ambos os historiadores escrevem para ensinar/educar e agradar; ambos trabalham com um assunto divulgado mas que ainda não havia sido tratado de modo apropriado ao estudioso; ambos são homens que, ao meditar sobre sua condição, sua obra e seu objeto, têm em mente a transitoriedade que a tudo subjaz. Se há uma lição a ser retirada da obra de Políbio, da de K. Paparrigópoulos e da recepção daquele por este, é a que recorda a validade da reconstrução do passado não porque executada de modo erudito, coerente, inteligente ou retoricamente ornado, mas por constituir-se de algo que por atribuir sentido à existência é assim devidamente trabalhado. Tal atribuição de um sentido a uma determinada atividade, sob a forma de tentativa de galvanizar e responder aos anseios de um dado ambiente ou de uma dada época e de confiança na própria capacidade e no valor de tal execução apesar das dificuldades inerentes e das críticas mais ou menos justas que certamente serão suscitadas, constituem não uma obrigação imposta*

⁶⁵ De Cime, escreveu suas *Histórias* em trinta livros, e viveu entre inícios e meados do século IV a.C.

⁶⁶ Pol., IX, 1, 3 – 2, 6.

pelo ofício ou por seus oficiantes, mas tão somente a reflexão reclamada como necessária em face de situações análogas e relativas ao significado dos predecessores.

Se K. Paparrigópoulos volta ao texto polibiano e este artigo, por sua vez, volta ao do historiador romântico, é porque ambos vêem como significado da leitura do passado não apenas uma fonte de deleite ou aprendizado, mas algo que dialoga com problemáticas e produz respostas capazes de mudar percepções forjando ou revalorizando categorias do pensamento historiográfico. Em um ambiente em que o conhecimento histórico se depara com tantos questionamentos quanto à sua natureza, inserção e validade, é preciso transformar tais questionamentos não mais em tentativas universalizantes ou totalizantes de responder ou aglutinar questões divergentes, nem em construções retóricas com intuito de preencher vazios ociosos: antes, a tarefa do historiador parece reclamar como que um retorno às origens do próprio gênero não em termos de sua estruturação formal, mas na medida em que compartilha seu conteúdo humano com outras formas de expressão. Mais do que temática própria da poesia, da filosofia ou da história, a tragicidade da condição humana assentada no tênue equilíbrio entre o sentido da existência e sua ausência repentina representa exatamente o elemento que torna válida a leitura do passado e a reflexão sobre suas semelhanças em diferentes momentos, posto que estas atingem todos os homens e se fazem sempre manifestar sob todas as formas. Em todas elas a coerência da reflexão expõe o problema em seus componentes mais ou menos completos, mais ou menos pungentes, mais ou menos balsâmicos, sempre a recordar sua perenidade e fatalidade. Se, por um lado, é impossível definir categoricamente qual o papel e a validade do estudo da história e da historiografia não apenas hoje, mas em qualquer período, posto que tal conhecimento só o possui quem o atribui, por outro é forçoso insistir na perspectiva de enveredar por análises que não necessariamente apontem supostas soluções, mas que ao menos exponham problemas cuja resolução é tarefa também de quem reflete sobre o passado.

Muito embora não constituíssem uma unidade étnica, os gregos para quem Políbio escreveu se identificavam culturalmente sobretudo pelo fato de estarem completamente submetidos política e militarmente pelos romanos. Por outras palavras, representavam um grupo com poucas expectativas de reerguimento político à margem de um poderio cada vez maior e mais predatório. Já os gregos para quem K. Paparrigópoulos escreveu representavam um grupo recém saído de quase quatrocentos anos de dominação estrangeira e havia pouco reconstruído como unidade nacional a partir do influxo de perspectivas filelenistas européias ansiosas pela restauração de uma Grécia tão gloriosa quanto se entendia ter sido seu passado clássico, apesar de sua heterogeneidade cultural⁶⁷. Se Políbio redigiu sua obra em ambiente romano de modo a descrever para seus conterrâneos a formação do maior poderio até então visto, K. Paparrigópoulos, nutrido pela perspectiva filelenista principalmente francesa, escreveu para gregos que ambicionavam embasar a unidade geográfica e política recém conseguida numa autoreclamada unidade histórica e

⁶⁷ Cf. Gourgouris, 1996, pp. 142 e 224.

Breno Battistin S., Polibio comodelo epistemológico de...

cultural que supostamente lhes dizia respeito. Ambas as obras constituem, pois, tentativas subjetivas que galvanizam anseios principalmente de indivíduos politicamente poderosos que visam legitimar sua própria situação. Muito embora K. Paparrigópoulos não trate desta suposta afinidade entre sua perspectiva ideológica e a de Políbio, é possível afirmar que a apropriação deste por aquele também a reflita, talvez até mais do que a necessária questão da tragicidade humana: ambos os historiadores galvanizam historiograficamente os anseios de uma camada política dominante a partir do domínio e utilização coerente de todo o instrumental epistemológico disponível em suas épocas. A delimitação de um objeto universal ou totalizante e o foco na perspectiva da finitude humana, mais do que semelhanças epistemológicas, denotam afinidades em sua situação política e cultural: afastados em princípio da primeira, dominam a segunda e por esta via se inserem naquela.

De modo oposto, a análise da recepção paparrigopoliana de Políbio não constitui nem se insere em perspectiva política alguma, antes tão somente ambiciona expor resultados de uma pesquisa entendida como historicamente válida. Sem dialogar com gregos, menos ainda com o passado de qualquer espécie, tal pesquisa tenta apenas expor um possível sentido da reflexão histórica e historiográfica. O tratamento do passado é patrimônio da criatividade humana e, como tal, apátrida. O resgate da apropriação do historiador helenístico pelo romântico busca não a lição trágica de ambos, nem sua mera descrição; antes dá forma à conjectura de que a análise de esforços criativos parece ser uma das poucas perspectivas de uma época em que a transitoriedade e a falta de sentido se acentuam cada vez mais velozmente. Numa época em que o silêncio não é imposto ao historiador apenas pelo ambiente que o cerca nem por outros historiadores, mas por vezes por ele próprio em face da consciência da singeleza, imensidão e importância da tarefa de interpretar o passado, o resgate de dois historiadores e a retomada de um pelo outro, longe de apontar permanências ingênua mas habilmente construídas, sinaliza o esforço por identificar vozes que, quando enunciadas, representavam interesses semelhantes mas que, quando ouvidas, denotam perspectivas mais fecundas: historiar, assim como filosofar, é também aprender a morrer.

Referencias Bibliográficas

(JS) = www.jstor.org

AHRWEILER, H. "The Hellenic Europe: problems of Greek continuity". 2000.

(www.myriobiblos.gr)

BARRERA, J. C. B. *Entre historia y filosofía*. Madrid: Akal, 1994.

_____. *Psicoanálisis del conocimiento histórico*. Madrid: Akal, 1983.

COLLINGWOOD, R. G. *The idea of history*. Oxford: Clarendon Press, 1946.

CROCE, B. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza, 6. ed., 1948.

DIMARAS, K. Th. *Ellinikós romantismós*. Athína: Ermís, 1994.

- _____. *Istoría tis neoellinikís logotehmías. Apo tis prótes rízes os tin epohí mas*. Athína: Ikaros, 8. ekd., 1987.
- _____. K. PAPARRIGOPOULOS. *I epohí tou, i zoí tou, to ergo tou*. Athína: Morfotikó Idryma Ethnikís Trapézis, 1986.
- _____. *La Grèce au temps des Lumières*. Genève: Droz, 1969.
- DEMETRIOU, K. N. "Historians on Macedonian imperialism and Alexander the Great". *JMGS* n. 19, p. 23-60, 2001. (<http://muse.jhu.edu>)
- DEMOS, R. "The Neo-Hellenic Enlightenment (1750-1821)". *JHI* n. 19.4, p. 523-541, 1958. (JS)
- DOVER K. J. "Thucydides 'as history' and 'as literature'". *History and theory* n. 22.1, p. 54-63, 1983. (JS)
- ELEFThERIADIS, P. "Political Romanticism in Modern Greece". *JMGS* n. 17, p. 41-61, 1999. (www.scholar.google.com)
- FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1970.
- GOURGOURIS, S. *Dream nation. Enlightenment, colonization and the institution of Modern Greece*. California: Stanford University Press, 1996.
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*. Berlin 1822/1823. Hamburg: Felix Meiner, Bd. 12, 1996.
- HOLBORN, H. "Greek and modern concepts of history". *JHI* n. 10.1, p. 3-13, 1949. (JS)
- HUTTON, P. H. "The *New science* of Giambattista Vico: historicism in its relation to poetics". *JAAC* n. 30.3, p. 359-367, 1972. (JS)
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. 2. Aufl, 1787. (<http://gutenberg.spiegel.de/kant>)
- KESSLER, E. *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*. München: Wilhelm Fink, 1971.
- KUHN, H. "Dialectic in history". *JHI* n. 10.1, p. 14-29, 1949. (JS)
- LEFFLER, P. K. "The 'Histoire Raisonnée', 1660-1720: a Pre-enlightenment genre". *JHI* n. 37.2, p. 219-240, 1976. (JS)
- LEONTIS, A. "Beyond hellenicity: can we find another *topos*?" *JMGS* n. 15.2, p. 217-231, 1997. (<http://muse.jhu.edu>)
- LIAKOS, A. "The construction of national time: the meaning of the Modern Greek historical imagination", pp. 27-42, in: REVEL, J. et alii. *Political uses of the past. The recent Mediterranean experience*. London: Routledge, 2001.
- MIRAMBEL, A. "La question de l'aspect dans le verbe néo-grec; problèmes et méthode". *Revue de Philologie* n. 6, p. 350-360, 1932.
- MOMIGLIANO, A. "The place of ancient historiography in modern historiography", in: *Entretiens sur l'antiquité classique*, 1979, p. 127-157. (Fondation Hardt, 26)
- NIETZSCHE, F. *Unzeitgemässe Betrachtungen. Zweites Stück: vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben*. 1874. (<http://gutenberg.spiegel.de/nietzsch/unzeit>)

Breno Battistin S., Polibio comodelo epistemológico de...

- PAPARRIGOPOULO, C. *Histoire de la civilisation hellénique*. Paris: Hachette, 1878.
- PAPARRIGOPOULOS, K. “Apópeira ethnikis autoktonías. I shési tou néou ellinismou me to Byzántio”. [18–] (www.myriobiblos.gr)
_____ *Istoría tou ellinikou éthnous*. [I próti morfí: 1853].
Athína: Estía, epiméleia K. Th. Dimarás, 1999.
- _____ *Prolegómena*. Athína: Estía, epiméleia K. Th. Dimarás, 1970.
- POLYBII. *Historiae*. Stuttgart: Teubner, v. I, lib. I-III, ed. T. Büttner-Wobst, 1962.
- _____ *Historiae*. Stuttgart: Teubner, v. II, lib. IV-VIII, ed. T. Büttner-Wobst, 1962.
- _____ *Historiae*. Stuttgart: Teubner, v. III, lib. IX-XIX, ed. T. Büttner-Wobst, 1965.
- _____ *Historiae*. Stuttgart: Teubner, v. IV, lib. XX-XXXIX, ed. T. Büttner-Wobst, 1967.
- _____ *Historiae*. Stuttgart: Teubner, v. V, Appendix, ed. T. Büttner-Wobst, 1962.
- RENIERIS, M. *Philosophía tis istorías*. Athína, 1999.
- SALIBA, E. T. “Temporalidade e história em Descartes”. *Ciência e Cultura* n. 40.11, p. 1080-1085, 1988.
- THUMB, A. “On the value of Modern Greek for the study of Ancient Greek”. *CQ* n. 8.3, p. 181-205, 1914. (JS)
- VITTI, M. *Istoría tis neoellinikís logotehnías*. Athína: Odysseas, metaph. M. Zormpá, 1992.
- VOSSI, G. I. *De historicis graecis libri IV*. Lugdunum: 1651a. (republ. 1970)
- WALBANK, F. W. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Commentary on books I-VI, 1957.
- ZAKYTHINOS, D. “Metabyzantiní kai neotéra ellinikí istoriographía. 1974a. (www.myriobiblos.gr)
_____ “Spyrídon Zampélios: o theoritikós tis istorionomías – o istorikós tou Byzantinou éllinismou”. 1974. (www.myriobiblos.gr)
- ZAMPELIOS, S. “Protheoría”. *Apo: Byzantinaí melétai. Perí pigôn neoellinikís ethnótitos apó Ita áhri Ióta ekatontaetirídos m. H.* Athína: 1857. (www.myriobiblos.gr)